



## CONTROLADORIA GERAL INTERNA

---

### AUDITORIA - NOTA TÉCNICA

Fase Interna Licitação

#### I - FISCALIZAÇÃO

Processo: 41/2018

Adesão a ARP Externo: 01/2018

Páginas Processo: 155

Departamento: Saúde

Ordenador de Despesa: Raquel Aparecida Gomes Gonçalves.

Valor estimado da Licitação: R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil)

#### II - OBJETO

Adesão a Ata de Registro de Preço Externa, tipo maior desconto para aquisição de material de consumo médico hospitalar, equipamentos e congêneres contemplados no catálogo de preço da revista SIMPRO.

#### III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1.988 (Art.31, Art. 70 a 74)

Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1.993

Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2.002

Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1.964

Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2.000

Plano Plurianual vigente

Lei Municipal de Diretrizes Orçamentária vigente

Lei Orçamentária Anual vigente

Decreto Federal Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2.013

Instrução Normativa Controle Interno Municipal Nº 005 de 02 de outubro de 2.017

Instrução Normativa Tribunal de Contas de Minas Gerais Nº 08 de dezembro de 2.003

Decisão Normativa Tribunal de Contas de Minas Gerais Nº 02 de 26 de outubro de 2.016.

#### IV – METODOLOGIA

As auditorias preventivas em processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, são realizadas confrontando aspectos técnicos e legais, utilizando-se de ferramentas como o chek list de acompanhamento, instruções normativas do Tribunal de Contas e instruções normativas da Controladoria Interna. Cada ponto técnico é verificado e apontado na Nota Técnica, que é incorporado ao processo. Após emissão desta nota, o ordenador de despesa é comunicado sobre os itens que podem ser acertados ou corrigidos, dando o direito ao contraditório. Após verificação do ordenador de despesa, as correções ou alterações recomendadas pelo Controle Interno podem ser vistas posteriormente a este documento. A Controladoria também opina referente aos dados contábeis, financeiros, viabilidade da compra e outros. Este parecer é estritamente técnico e não jurídico.



## **CONTROLADORIA GERAL INTERNA**

---

### **V – RESUMO**

Levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data e o parecer jurídico exarado, atesta-se que o processo administrativo encontra-se revestido das formalidades legais, devidamente autuado, protocolado, numerado.

Frisa-se que o objeto do certame deve estar previsto e devidamente adequado a alguma diretriz da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do respectivo exercício, cumprindo o disposto no art. 165, da CF/88. Ressalta-se que as orientações feitas pelo advogado parecerista devem ser observadas para o prosseguimento bem sucedido do certame licitatório.

### **VI – PONTOS DE AUDITORIA**

Quanto aos aspectos para a abertura do certame, verifica-se que o processo administrativo encontra-se devidamente autuado, protocolado, numerado e rubricado, nos termos do art. 38 da lei 8.666/93.

A autoridade competente justificou a necessidade da contratação.

Frisa-se que o objeto deste certame deve estar previsto em uma das diretrizes da LDO 2018, cumprindo o disposto no art. 165, da CF/88 e no Art. 7º, §2º, IV, da lei 8.666/93.

Consta o documento referente à dotação orçamentária à fl. 139 e de autorização da autoridade competente para a abertura da licitação à fl. 06, conforme art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93. Ademais, foi juntada portaria nº 01 e 02/2018 que nomeia a comissão permanente de licitação, pregoeiro oficial e equipe de apoio (fls. 132 a 135).

Consta parecer jurídico (fls. 151 a 155)

### **VII – CONCLUSÃO**

Após análise técnica do processo, concluímos que os itens técnicos e formais foram atendidos sem ressalva.

### **VIII – RECOMENDAÇÃO**

Sem recomendações.

Barra Longa, 16 de Março de 2018.

Izoleta Mendes Coura  
Controladora Geral